



# Demonstrações Financeiras CPFL Renováveis 2017



## Relatório da Administração

**Desempenho econômico-financeiro**  
Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

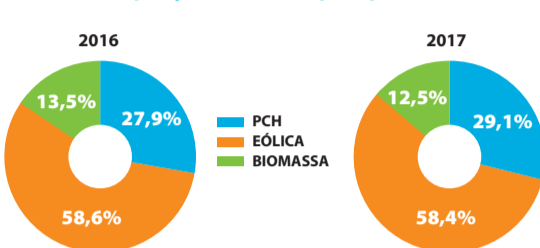
### Demonstrativo de Resultados

(R\$ mil)	2017	2016	2017 versus 2016
Receita Líquida	1.959.084	1.646.588	19,0%
Custo de geração de energia elétrica	(551.971)	(460.709)	19,8%
Depreciação e amortização	(454.657)	(395.372)	15,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>952.456</b>	<b>790.507</b>	<b>20,5%</b>
Despesas gerais e administrativas	(185.499)	(192.750)	-3,8%
Amortização do direito de exploração	(155.323)	(152.471)	1,9%
Depreciação e amortização	(7.038)	(5.326)	32,1%
<b>Lucro operacional</b>	<b>604.596</b>	<b>439.960</b>	<b>37,4%</b>
Resultado Financeiro	(510.825)	(537.356)	-4,9%
IR e CS	(74.125)	(46.310)	60,1%
<b>Resultado líquido</b>	<b>19.646</b>	<b>(143.705)</b>	<b>N/A</b>
Ebitda <sup>(1)</sup>	1.221.614	993.129	23,0%
Margem Ebitda	62,4%	60,3%	2,1 p.p.
Ebitda ajustado	1.346.026	1.084.542	24,1%
Margem Ebitda ajustado	68,7%	65,9%	2,8 p.p.

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM nº 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido cresceu do volume gerado e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

### Receta líquida

#### Composição da receita líquida por fonte<sup>1</sup>



<sup>1</sup> A participação da fonte solar foi de 0,02% em 2017 e 2016. Em 2017, a receita líquida atingiu R\$ 1.959,1 milhões, aumento de 19,0% em comparação com a de 2016 (+R\$ 312,5 milhões). Essa variação pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores: (i) Aumento de R\$ 178,9 milhões na receita das eólicas devido principalmente: a) à entrada em operação comercial dos complexos eólicos Campo dos Ventos, São Benedito e Pedra Cherosa; b) ao efeito positivo no 2S17 do leilão de energia nova por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCS-D), uma vez que o preço do contrato firmado no mercado livre foi superior ao preço do contrato no mercado regulado para os oito parques eólicos que participaram desse leilão. Adicionalmente, a sobre de energia de alguns desses parques no 2S17 (diferença do volume gerado em relação ao montante contratado no MCS-D) foi liquidada à PLD e o ao reajuste do preço dos contratos. Tais itens foram parcialmente compensados pela menor geração dos complexos eólicos do Ceará (complexo que eram operados pela Suzlon); (ii) Maior receita nas PCHs e no Holding (R\$ 114,4 milhões) decorrente, basicamente, das sobras de geração física do portfólio e das operações de hedge e swap liquidadas à PLD na Holding, esse último item com contrapartida na compra de energia. Adicionalmente, ocorreu maior receita das PCHs devido à diferença na estratégia de sazonalização da garantia física, à entrada em operação da PCH Mata Velha e ao reajuste de preço dos contratos; (iii) Maior receita nas biomassas (R\$ 22,3 milhões) decorrente, principalmente, da estratégia de sazonalização da garantia física das biomassas e do reajuste de preços. Houve efeito positivo na receita por conta do reajuste dos contratos nos últimos 12 meses, com base no IGP-M ou IPCA. A média dos preços de venda de energia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 254,7/MWh, 3,7% superior à apurada em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 245,6/MWh).

### Custo de geração de energia

(R\$ mil)	2017	2016	2017 versus 2016
Custo de compra de energia	(248.339)	(182.161)	36,3%
Amortização de prêmio do risco hidrológico - GSF	(2.359)	(2.359)	-
Encargos de uso de sistema PMSO <sup>(1)</sup>	(99.690)	(89.964)	10,8%
	(201.588)	(186.225)	8,2%
<b>Custo de geração de energia elétrica</b>	<b>(551.971)</b>	<b>(460.709)</b>	<b>19,8%</b>
Depreciação e amortização	(454.657)	(395.372)	15,0%
<b>Total dos custos com geração de energia elétrica + depreciação e amortização</b>	<b>(1.006.628)</b>	<b>(856.081)</b>	<b>17,6%</b>

<sup>(1)</sup> Pessoal, material, serviços de terceiros e outros. Em 2017, os custos de geração de energia totalizaram R\$1.006,6 milhões, representando um aumento de 17,6% em comparação com 2016 (-R\$ 150,5 milhões).

### Custo de compra de energia

Em 2017, o custo de compra de energia totalizou R\$ 248,3 milhões, montante 36,3% superior ao registrado em 2016 (+R\$ 66,2 milhões). Essas variações devem-se, basicamente, ao maior custo com aplicação do GSF (PCHs) em 2017 (R\$ 73,8 milhões) versus 2016 (R\$ 10,0 milhões) e às compras de energia para atender exposição no mercado de curto prazo, hedge e recomposição de lastro em 2017. Tais itens foram parcialmente compensados pelo reconhecimento de indenização contratual dos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito no valor de R\$ 56,2 milhões em 2016, que não se repetiu em 2017.

### Encargos de uso de sistema

Em 2017, o custo com encargos de uso de sistema foi de R\$ 99,7 milhões, montante 10,8% (+R\$ 9,7 milhões) superior ao do mesmo período do ano anterior. Essas variações são explicadas principalmente pelos seguintes itens: (i) Início dos compromissos contratuais de uso e conexão com as distribuidoras, transmissoras e ONS, devido à entrada em operação de ativos durante o ano de 2017; e (ii) Impacto do reajuste anual dos encargos de conexão e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

### PMSO

Em 2017, o custo com PMSO totalizou R\$ 201,6 milhões, aumento de 8,2% em relação ao custo de 2016 (+R\$ 15,4 milhões). Tais variações são explicadas principalmente pelos seguintes fatores: (i) Aumento nos custos com pessoal devido, principalmente, ao maior número de colaboradores no período. No 3T17, houve a contratação de 45 ex-colaboradores do fornecedor Suzlon para dar continuidade nas operações de O&M dos aerogeradores dos parques eólicos do Ceará; (ii) Em contrapartida ao aumento do custo de pessoal, houve menor custo de operação com fornecedor de O&M em 2017, uma vez que após o pedido de auto liquidação da Suzlon os serviços foram interrompidos; (iii) Aumento nos custos com materiais devido às manutenções decorrentes da internalização dos serviços de O&M dos parques do Ceará ocorridos no 4T17 e compra de cavaco de madeira para as usinas de biomassa (Baldin, Coopanca e Alvorada); e (iv) Crescimento do portfólio em operação.

### Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização teve um aumento de 15,0% em 2017, devido basicamente à entrada em operação dos ativos ao longo do ano de 2017.

### Despesas gerais e administrativas:

(R\$ mil)	2017	2016	2017 versus 2016
Despesas com pessoal	(69.696)	(64.510)	8,0%
Serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	(62.363)	(39.136)	59,3%
Outros	(53.440)	(89.104)	-40,0%
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(185.499)</b>	<b>(192.750)</b>	<b>-3,8%</b>
Depreciação e Amortização	(7.038)	(5.326)	32,1%
Amortização do direito de exploração	(155.323)	(152.471)	1,9%
<b>Total das despesas gerais e administrativas + depreciação e amortização</b>	<b>(347.860)</b>	<b>(350.547)</b>	<b>-0,8%</b>

<sup>(1)</sup> Considera despesas de ocupação, material e serviços profissionais. Em 2017, as despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 185,5 milhões, redução de 3,8% em relação às de 2016 (-R\$ 7,3 milhões). Essa variação é explicada, basicamente, pelos seguintes fatores: (i) Aumento nas despesas com pessoal devido principalmente ao maior número de colaboradores (479 em 2017 versus 432 em 2016) e também pelo acordo sindical; (ii) Aumento nas despesas com consultoria voltadas principalmente para melhor eficiência em informática, financeiro, suprimentos e honorários advocatícios relacionados aos projetos corporativos; (iii) Redução no montante de provisões para perdas e no registro de baixas de ativos e direitos em 2017 (R\$ 45,9 milhões) em relação a 2016 (R\$ 81 milhões).

### Ebitda

Em 2017, o Ebitda totalizou R\$ 1,2 bilhão, 23,0% superior ao de 2016 (+R\$ 228,5 milhões). A margem Ebitda atingiu 62,4% em 2017, 2,1 p.p. superior à de 2016. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento de 19,0% na receita líquida e pelo menor volume de provisões e baixas de ativos não circulante em 2017 que foram parcialmente compensados pelos maiores custos com geração de energia em função basicamente do GSF e do crescimento do portfólio. Excluindo os efeitos não recorrentes, o Ebitda teve custo de R\$ 1,3 bilhão em 2017 versus R\$ 1,1 bilhão em 2016.

#### Evolução do Ebitda - 2017 x 2016 (R\$ milhões)



### Balancetes Patrimoniais em 31/12/2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/17	Controladora 31/12/16	Consolidado 31/12/17	Consolidado 31/12/16	Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	Controladora 31/12/17	Controladora 31/12/16	Consolidado 31/12/17	Consolidado 31/12/16
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	264.022	401.190	950.215	908.982	Fornecedores	14	70.359	18.964	201.793	75.762
Aplicações financeiras	6,1	-	-	127.333	85.029	Empréstimos e financiamentos	15	275.604	147.399	733.591	551.201
Títulos e valores mobiliários	6,2	-	-	10	449	Debêntures	16	262.764	102.802	525.513	338.780
Dividendos a receber	10,1	160.502	71.168	-	-	Empréstimos com controladas	10	575.275	1.099.611	-	-
Contas a receber de clientes	7	70.168	10.781	369.851	273.373	Dividendos propostos e a pagar	10,1	3.624	-	12.206	9.045
Adiantamentos a fornecedores	7	514	53	31.634	6.312	Contas a pagar de aquisições	27,2	6.926	9.492	6.926	9.492
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	11	-	26.680	32.054	Obrigações trabalhistas	7	8.184	7.471	8.270	7.471
Outros impostos a recuperar	8	10.791	4.296	42.850	38.445	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	29.872	26.987	
Outros créditos	24,338	24.338	11.793	75.071	54.153	Outros impostos a pagar	4,778	2.477	23.779	24.876	
Total do ativo circulante		530.346	499.401	1.623.644	1.398.797	Adiantamentos de clientes	17	92	129	311.295	164.770
<b>Não Circulante</b>						Provisão para custos socioambientais	18	-	-	16.140	13.483
Depósitos judiciais	19	253	241	13.351	12.112	Outros passivos	11,720	11.001	87.613	91.982	
Aplicações financeiras vinculadas	6,3	-	-	586.841	476.737	Total do passivo circulante	1,219,326	1,399,886	1,956,998	1,313,468	
Outros créditos	9	-	-	65.614	66.004	<b>Não Circulante</b>					
Imposos diferidos	24,2	-	-	696	260	Fornecedores	14	-	-	-	633
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	-	-	1.660	7.598	Empréstimos e financiamentos	15	565.718	768.557	3.471.648	3.759.396
Outros impostos a recuperar	8	-	-	4.008	1.607	Debêntures	16	1.194.394	1.081.335	1.780.056	1.758.534
Empréstimos a receber	10	5.887	6.100	6.612	9.067	Empréstimos com controladas	10	697.978	-	-	-
Investimentos	11	7.454.271	7.054.960	-	-	Adiantamentos de clientes	17	50	85	21.613	6.156
Imobilizado	12	23.274	20.025	7.700.204	7.466.547	Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	18	-	-	107.814	61.828
Intangível	13	11.406	8.281	2.851.372	3.026.156	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis	19	2.014	1.014	35.733	34.889
Total do ativo não circulante		7.495.091	7.089.607	11.232.358	11.066.088	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	300.000	-	300.000	-
Total do Ativo		8.025.437	7.589.008	12.856.002	12.464.885	Impostos diferidos	24,2	13.518	13.518	1.041.505	1.089.294
						Provisão para perda de investimento	11	-	25	-	-
						Outros passivos	1	-	-	1.657	2.921
						Total do passivo não circulante	2,773,663	1,864,534	6,760,026	6,713,611	
						<b>Patrimônio Líquido</b>	20				
						Capital integralizado	3,390,870	3,390,870	3,390,870	3,390,870	
						Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	300.000	
						Reserva de capital	592,138	592,138	592,138	592,138	
						Reservas de lucros	12,942	1.305	12.942	300	
						Ajuste de avaliação patrimonial	36,498	40,275	36,498	40,275	
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores	4,032,448	4,324,588	4,032,448	4,324,588	
						Participação de não controladores	-	-	-	113,218	
						Total do patrimônio líquido	4,032,448	4,324,588	4,138,978	4,437,806	
						<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>8,025,437</b>	<b>7,589,008</b>	<b>12,856,002</b>	<b>12,464,885</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Ffindos em 31/12/2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Reserva de capital		Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
	Adiantamento para futuro aumento de capital	Subscrição de ações	Reserva baseada em ações	Reserva legal	Reserva de lucros				
31/12/2016	3.390.444	-	740.427	1.305	-	43.887	4.176.063	127.734	4.303.797
Aumento de capital de não controladores em 25 de julho de 2016	-	-	-	-	-	-	-	41	41
Aumento de capital realizado em 04 de agosto de 2016	426	-	-	-	-	-	426	-	426
Adiantamento para futuro aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	300.000	-	300.000
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.612)	3.612	-	(22.752)	(22.752)
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	8.195	(143.706)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do resultado:									
• Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(148.289)	-	-	148.289	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>3.390.870</b>	<b>300.000</b>	<b>592.138</b>	<b>1.305</b>	<b>-</b>	<b>40.275</b>	<b>4.324.588</b>	<b>113.218</b>	<b>4.437.806</b>
Aumento de capital de não controladores em 24 de abril de 2017	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Aumento de capital de não controladores em 15 de maio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Aumento de capital de não controladores em 21 de agosto de 2017	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Aumento de capital de não controladores em 28 de novembro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.777)	3.777	-	-	-
Reclassificação para passivo não circulante	-	(300.000)	-	-	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(14.866)	(14.866)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.484	11.484	8.162
Destinação do resultado:									
• Constituição de reserva legal	-	-	-	763	-	(763)	-	-	-
• Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(3.624)	(3.624)	-	(3.624)
• Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	10.874	(10.874)	-	-	-

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Fimados em 31/12/2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)**

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidada	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	8.399	(168.631)	93.771	(97.396)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	6.972	4.638	617.018	553.169
Baixa de ativo imobilizado	432	973	5.761	27.334
Provisão para baixa de ativo intangível	-	-	16.244	40.433
Baixa de ativo intangível	(116)	676	(288)	8.642
Redução para baixa de investimento	9.073	40.433	-	-
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	7.284	20.438	-
Baixa de investimento	-	-	(7)	(20)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7)	(20)
Equivalência patrimonial	(469.092)	(294.445)	-	-
Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas	1.049	(1.038)	1.067	6.607
Ajuste a valor presente da provisão socioambiental e desmobilização de ativos	-	-	6.781	7.093
Provisão socioambiental	-	-	3.641	-
Rendimento de aplicações	-	-	(57.801)	-
Atualização monetária	9.674	9.842	71.160	82.649
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	103.401	79.292	-	-
Juros sobre empréstimos de pessoas ligadas	116	(863)	253	-
Ajuste a valor presente - Baldin Bioenergia S.A.	-	-	(6.749)	(5.715)
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	222.061	230.664	529.284	536.982
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(59.387)	9.659	(96.471)	(44.027)
Depósitos judiciais	(14)	3	(666)	(88)
Outros créditos	(12.425)	(5.185)	(8.236)	36.323
Impostos a recuperar	(6.506)	1.989	15.341	1.979
Adiantamentos a fornecedores	(461)	13	(25.322)	4.354
Outros recebíveis	270.142	238.404	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	51.395	4.919	117.982	6.793
Adiantamentos de clientes	(72)	(12)	162.073	26.303
Obrigações tributárias	2.301	375	(32.676)	(24.079)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Controladora	Consolidada	
	31/12/17	31/12/16
Obrigações trabalhistas	713	979
Pagamento de custos socioambientais	(81)	(2.992)
Pagamento de contingências trabalhistas, tributárias e civis	(81)	(651)
Outros passivos	(28.294)	(650)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	138.294	157.468
Imposto de renda e contribuição social pagos	(207.851)	(216.377)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(69.557)	(58.909)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aumento de capital em controladas	(317.030)	(641.616)
Redução de capital em controladas	21.322	89.488
Títulos e valores mobiliários	-	439
Aplicações financeiras	-	(35.417)
Aplicações financeiras vinculadas	-	(11.639)
Aquisição de investimentos	(9.495)	(4.951)
Aquisição de intangível	(4.167)	(3.197)
Empréstimos a receber	97	1.085
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(309.273)	(559.191)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	386.693	383.455
Pagamento de financiamentos	(212.570)	(121.712)
Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	(2.514)	(625.942)
Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	-	426
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300.000
Dívidas com pessoas ligadas	96.664	499.853
Pagamento de dívidas com pessoas ligadas	(26.423)	(52.583)
Dívidas pagas	-	(15.329)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades de financiamento	241.662	988.205
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(137.168)</b>	<b>370.105</b>
No início do exercício	401.190	31.085
No fim do exercício	264.022	401.190
<b>(Redução) Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(137.168)</b>	<b>370.105</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Fimado em 31/12/2017 (Em milhares de reais - R\$)**

1. **Contexto Operacional:** A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1184, no município de São Paulo - SP, constituída com o objetivo principal de atuar como holding e tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social: a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energia renováveis; b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais; c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como a venda à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; **Capital circulante líquido negativo:** Em 31/12/2017, a Companhia apresenta na demonstração de balanço patrimonial líquido negativo no montante de R\$ 686.980 e R\$ 333.354, respectivamente. Na controladora, o equacionamento do capital de giro no exercício de 2018 será alcançado mediante aportes da controladora direta ou indireta através de mútuo financeiro no montante de até R\$ 800.000, já aprovado em ATA de reunião do Conselho de Administração realizada em 12/02/2018, em adição a recebimentos de suas controladas diretas e indiretas decorrentes, principalmente, de resultados auferidos. Já para o capital circulante líquido negativo consolidado, além do mútuo financeiro já mencionado, temos a expectativa de liberação, ainda no 1º semestre de 2018, de recursos dos financiamentos de longo prazo para as obras de construção das usinas eólicas de Pedra Chirreia I e II e da PCH Boa Vista 2, que serão aplicados na liquidação do atual endividamento de curto prazo obtidos através de empréstimos pontuais. A maior parte das controladas diretas e indiretas foram constituídas ou adquiridas com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"), usinas termelétricas movidas a biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1 a nº 1.4.1.1. **Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs:** Em 31/12/2017, a Companhia possui as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

PCHs	Status	Resolução original		Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Alto Itari	1	Resolução 587	29/10/2002	30 anos	21,0	
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0	
Andorinhas	1	Despacho 1990	30/11/2005	Indeterminado **	0,5	
Anoredo	1	Resolução 606	05/11/2002	30 anos	13,0	
Barra da Paciência	1	Resolução 348	17/12/1999	30 anos	23,0	
Buritil	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	4,8	
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	0,3	
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	2,6	
Cocais Grande	1	Resolução 349	10/12/1999	30 anos	10,0	
Corrente Grande	1	Resolução 17	14/01/2000	30 anos	14,0	
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos**	4,2	
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8	
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8	
Esmelir	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0	
Figueirópolis	1	Resolução 198	04/05/2004	30 anos	19,4	
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos**	4,8	
Guaporé	1	Resolução 1987	30/11/2005	Indeterminado **	0,7	
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8	
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos**	1,7	
Ludesa	1	Resolução 705	17/12/2002	30 anos	30,0	
Maia Velha	1	Resolução 262	16/05/2002	30 anos	24,0	
Manjinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos**	0,6	
Ninho da Águia	1	Resolução 370	29/12/1999	30 anos	10,0	
Novo Horizonte	1	Resolução 652	26/11/2002	30 anos	23,0	
Paoli	1	Resolução 406	06/08/2002	30 anos	20,0	
Pinhai	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8	
Pirapó	1	Despacho 1989	30/11/2005	Indeterminado **	0,8	
Plano Alto	1	Resolução 607	07/11/2002	30 anos	16,0	
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado **	0,8	
Saltão Góes	1	Resolução 2510	10/08/2010	30 anos	20,0	
São Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos**	4,6	
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5	
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos**	4,3	
São Gonçalo	1	Resolução 13	13/01/2000	30 anos	11,0	
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1	
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos**	1,0	
Três Saltois	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos**	0,6	
Varginha	1	Resolução 355	22/12/1999	30 anos	9,0	
Vermejo	1	Resolução 367	29/12/1999	30 anos	7,5	
<b>Subtotal</b>					<b>423,0</b>	
Boa Vista 2	2	Portaria 502	06/11/2015	35 anos	29,0	
Cachoeira Grande	3	Resolução 540	14/10/2003	30 anos	18,9	
Cherobim	3	Em andamento *	-	-	28,0	
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0	
Santa Cruz	3	Resolução 818	17/12/2002	30 anos	12,5	
Santa Luzia Alto	3	Despacho nº 934	19/04/2016	35 anos	0,8	
Tombo	3	Em andamento *	-	-	16,0	
<b>Total</b>					<b>543,2</b>	

\* Resolução autorizativa em processo de obtenção. \*\* Potenciais hidrelétricos iguais ou inferiores a 5,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL. \*\*\* Ao término do contrato de concessão ou da autorização o contrato vigorará por prazo indeterminado. (1) - Operação; (2) - Construção; (3) - Em desenvolvimento. A autorização do projeto hidrelétrico Auruoca, não está sendo mais apresentada em decorrência da desistência do mesmo. Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos. 1.2. **Projetos de geração eólica:** Em 31/12/2017, a Companhia possui as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Projetos Eólicos	Status	Resolução original		Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Atlântica I	1	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0	
Atlântica II	1	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0	
Atlântica IV	1	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0	
Atlântica V	1	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0	
BVP Geradora **	1	Resolução 093	03/03/2003	30 anos	50,0	
Campos dos Ventos I	1	Resolução 2967	26/03/2013	30 anos	25,2	
Campos dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0	
Campos dos Ventos III	1	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	25,2	
Campos dos Ventos V	1	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	25,2	
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	10,0	
Canos Quebrada (Rosa dos Ventos)	1	REA 329	18/06/2002	30 anos	57,5	
Costa Branca	1	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,1	
Enacel I	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5	
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0	
Eurus II	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0	
Eurus IV	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0	
Foz do Rio Chorro	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2	
Jurema	1	Portaria 554	27/08/2011	35 anos	16,1	
Jurema II	1	Portaria 556	27/08/2011	35 anos	16,1	
Lagoa do Mato	1	REA 340	25/06/2002	30 anos	3,2	
Macacos	1	Portaria 557	27/08/2011	35 anos	20,7	
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8	
Morro dos Ventos II	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos	29,1	
Morro dos Ventos III	1	PRT 375	12/06/2012	35 anos	28,9	
Morro dos Ventos IV	1	PRT 668	04/08/2010	35 anos	28,8	
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	30,0	
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8	
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2	
Pedra Chirreia I	1	REA 387/2014	04/08/2014	35 anos	25,2	
Pedra Chirreia II	1	REA 359/2014	04/08/2014	35 anos	25,2	
Pedra Preta	1	Portaria 665	11/11/2011	35 anos	20,1	
Praia Formosa	1	Resolução 309	04/06/2002	30 anos	105,0	
Santa Clara I	1	Portaria 607	01/07/2010	35 anos	30,0	
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0	
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0	
Santa Clara IV	1	Portaria 672	28/07/2010	35 anos	30,0	
Santa Clara V	1	Portaria 638	08/08/2010	35 anos	30,0	
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0	
São Domingos	1	REA 5074	03/03/2015	30 anos	15,5	
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	26,2	
Ventos de São Benedito	1	REA 4563	25/02/2014	30 anos	29,4	
Santa Mônica	1	REA 4592	18/03/2014	30 anos	29,4	
Santa Mônica II	1	REA 4593	18/03/2014	30 anos	27,3	
Ventos de Santo Dimas	1	REA 4562	25/02/2014	30 anos	29,4	
Ventos de São Martinho	1	REA 4572	11/03/2014	30 anos	14,7	
<b>Subtotal</b>					<b>1.308,5</b>	

1.3. **Projetos de geração eólica:** Em 31/12/2017, a Companhia possui as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial solar:

Projetos Solares	Status	Resolução original		Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Aurora	1	Resolução 374	29/10/2002	30 anos	50,0	
Baía Formosa	1	Resolução 259	14/05/2002	30 anos	40,0	
Baía Formosa II	1	Resolução 106	22/09/2005	30 anos	40,0	
Bio Ester	1	Resolução 117	20/05/1999	30 anos	40,0	
Buriti	1	Resolução 2643	07/12/2010	30 anos	50,0	
Coopcana	1	Resolução 3328	07/02/2012	30 anos	50,0	
Idaí	1	Resolução 2375	27/04/2010	30 anos	25,0	
Ipê	1	PRT 129	24/02/2011	35 anos	70,0	
<b>Total</b>					<b>370,0</b>	

(1) - Operação; (2) - Construção das autorizações são contados a partir



CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2017 (Em milhares de reais - R\$)

Table with columns: Saldo em 31/12/2016, Aumento de capital, Redução de capital, Amortização de capitalização de juros, Transferência de investimento, Resultado de equivalência patrimonial, Dividendos, Saldo em 31/12/2017. Rows include Tombo, Turbina 16, Turbina 17, Subtotal do investimento, Campos dos Ventos IV, Total do investimento, and various subsidiaries like Cachaieira Grande, Caieiro, Campo dos Ventos I, etc.

Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante. Direitos de exploração líquidos dos efeitos fiscais: Em 31/12/2017 e de 2016, a Companhia possui saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

Table with columns: Saldo em 31/12/2015, Amortização, Baixas/provisão para perda, Saldo em 31/12/2016. Rows list various SPEs such as Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, Atlântica II, etc.

Imobilizado em curso. Refer-se, principalmente, a baixa de ativos sem expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização, das controladas.

Table with columns: Terrenos, Edificações, obras civis e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios, Em curso, Total. Rows include Saldo em 31/12/2015, Depreciação acumulada, Adições, Baixas, etc.

Reservatórios, barragens e adutoras, Edificações, obras civis e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Em curso, Total. Rows include Saldo em 31/12/2015, Depreciação acumulada, Adições, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.

Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Lucro (Prejuízo). Rows include Aiuroca, Alto Irani, Anoredo, Atlântica I, etc.





<b>Diretoria Executiva</b>				<b>Sergio Luiz da Silva Ribeiro</b> Superintendente Contábil e Fiscal	
<b>Gustavo Henrique Santos de Sousa</b> Diretor Presidente/Diretor Financeiro e Relação com Investidores (interino)		<b>Alberto dos Santos Lopes</b> Diretor de Engenharia e Obras		<b>Daniela Ribeiro Mendes</b> Contadora Responsável - CRC 1SP199348/O-0	
<b>Adriano Martins Vignoli</b> Diretor de Operação e Manutenção				<b>Alessandro Gregori Filho</b> Diretor de Novos Negócios	
<b>Conselho da Administração</b>					
<b>André Dorf</b> Presidente do Conselho					
<b>Gustavo Estrella</b> Vice-Presidente do Conselho		<b>Gustavo Henrique Santos de Sousa</b> Conselheiro Eletivo		<b>Guilherme Weege</b> Conselheiro Suplente	
<b>Karin Regina Luchesi</b> Conselheira Eletiva		<b>Futao Huang</b> Conselheiro Eletivo		<b>Fernando Mano da Silva</b> Conselheiro Suplente	
<b>André Franco Sales</b> Conselheiro Eletivo		<b>Oderval Esteves Duarte Filho</b> Conselheiro Independente Eletivo		<b>Vitor Fagali de Souza</b> Conselheiro Suplente	
<b>William Schmidt Ogalha</b> Conselheiro Eletivo		<b>José Roberto de Mattos Curan</b> Conselheiro Independente Eletivo		<b>Eduardo dos Santos Soares</b> Conselheiro Suplente	
<b>Conselho Fiscal</b>					
<b>Ran Zhang</b> Conselheira Eletiva					
<b>Chenggang Liu</b> Conselheiro Suplente					
<b>Jia Jia</b> Conselheiro Suplente					
<b>André Felipe Fernandes Figueira</b> Conselheiro Suplente					

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energias Renováveis S.A., no desempenho de suas atribuições legais, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2017 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 02 de março de 2018, são de opinião de que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 26 de abril de 2018.

São Paulo, 15 de março de 2018  
**André Ricardo Toledo Saretta** - Conselheiro  
**Jia Jia** - Conselheiro

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Em entendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução da CVM nº 408, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1184 - 7º andar - Vila Olímpia - São Paulo-SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018  
**Diretoria:**

<b>Gustavo Henrique Santos de Sousa</b> Diretor-Presidente/Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (interino)	<b>Adriano Martins Vignoli</b> Diretor de Operação e Manutenção	<b>Alberto dos Santos Lopes</b> Diretor de Engenharia e Obras	<b>Alessandro Gregori Filho</b> Diretor de Novos Negócios
--	--	--	--

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

concessões e autorizações, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados materiais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as mensurações dos ativos não financeiros ligados às concessões e autorizações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante

nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 02 de março de 2018

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

**Thiago Rodrigues de Oliveira**  
Contador - CRC 1SP259468/O-7



# Demonstrações Financeiras CPFL Renováveis 2017

